

Relatório de Execução Física

IMPORTANTE: projetos com eventual proteção patentária devem zelar pelo sigilo de informações sensíveis que podem estar presentes nos campos título do projeto, objetivo geral e específicos, metas e resultados, cuja divulgação pode comprometer proteção patentária, além de indicar a competidores a trajetória tecnológica que a instituição está adotando.

Projetos que envolvem acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, a divulgação de resultados, finais ou parciais, em meio científico ou de comunicação, depende de cadastro prévio do projeto no Sisgen.

N.º do Processo SEI: 25027.000533/2024-08

Subunidade/Unidade: GEREB - PROGRAMA DE SAÚDE, TRABALHO E AMBIENTE - PSAT

Instrumento Jurídico: Termo de Execução Descentralizada 32/2024 (MIR) **(4599787)**

Contrato nº: 001/2025

Vigência do contrato: 06/01/2025 a 06/01/2026

Projeto Fiotec: GEREB 001 FIO 25

Coordenador(a) Geral do contrato: ANDRÉ LUIZ DUTRA FENNER - SIAPE: 1481592

Valor total do contrato: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Período deste relatório: 22/02/2025 a 05/08/2025

1. Objeto da contratação:

Execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto do **Projeto:** ***“Promoção da Saúde e da Igualdade Racial”***.

2. Objetivos Geral e Específicos do Projeto:

2.1. Geral: Desenvolver uma formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e a Igualdade Racial (APPSIR).

2.2. Específicos

- Elaborar estratégias e material pedagógico metodológico para a formação-ação de Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), no estado do Rio Grande do Sul;
- Sistematizar a formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e a Igualdade Racial (APPSIR), no estado do Rio Grande do Sul.

3. Execução

O presente projeto vem sendo executado em acordo com as metas e atividades em consonância com os termos pactuados no Contrato, a saber:

3.1 Execução Física e Financeira

META	EXECUÇÃO FÍSICA		VALOR DA META R\$	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
	% REALIZADO	% A REALIZAR		VALOR EXECUTADO R\$	VALOR A EXECUTAR R\$
1 – Elaboração de material pedagógico metodológico para a formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), no estado do Rio Grande do Sul.	30%	70%	R\$ 189.219,82	R\$ 17.029,78	R\$ 172.190,04
2 - Realização de formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), no estado do Rio Grande do Sul.	25%	75%	R\$ 351.050,00	R\$ 31.594,50	R\$ 319.455,50
3 - DOA	-	-	R\$ 47.730,18	R\$ 4.295,72	R\$ 43.434,46
4 - ISS	-	-	R\$ 12.000,00	R\$ 1.080,00	R\$ 10.920,00

4. Resultados Alcançados:

A Meta 1 do projeto “Promoção da Saúde e da Igualdade Racial”, constitui um marco fundamental para a estruturação político-pedagógica da formação-ação dos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR) no estado do Rio Grande do Sul. Esta meta está centrada na elaboração de um material pedagógico-metodológico que articule saberes populares, direitos sociais e marcos legais das políticas públicas de saúde e igualdade racial, com ênfase no enfrentamento do racismo estrutural e das

desigualdades que afetam historicamente as populações negras, quilombolas, do campo, da floresta e das águas, ciganas e de povos de terreiro.

O processo formativo proposto é ancorado nos princípios da educação popular freireana, que compreende o diálogo, a escuta ativa e a valorização dos saberes dos(as) sujeitos como fundamentos da aprendizagem emancipadora (Freire, 1987). Os agentes populares não são apenas receptores de conteúdos, mas sujeitos ativos na construção coletiva de conhecimentos e estratégias de transformação social. Nesse sentido, o material pedagógico não é um fim em si mesmo, mas um instrumento vivo de fortalecimento do protagonismo comunitário, da luta antirracista e da promoção da saúde em territórios historicamente marginalizados.

A base normativa da formação está respaldada na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que orientam a incorporação da perspectiva étnico-racial nas ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e no conjunto das políticas públicas. Como salientam Werneck (2016) e Batista (2022), o racismo institucional é uma barreira histórica no acesso equitativo à saúde, e enfrentá-lo exige capacitação crítica, metodologias sensíveis ao contexto e mobilização social qualificada.

O material elaborado deve contemplar conteúdos como a determinação social da Saúde da população negra, as doenças prevalentes associadas à desigualdade racial, os direitos específicos das comunidades tradicionais e estratégias de mobilização e incidência política. Para isso, é recomendada uma abordagem interseccional (Crenshaw, 2002), que considere como as opressões se entrelaçam em contextos de raça, gênero, classe e território. Além disso, o uso de linguagens acessíveis e materiais interativos (vídeos, cartilhas, recursos digitais) amplia a efetividade do processo educativo e fortalece o engajamento político-pedagógico dos APPSIR.

Por fim, a sistematização das práticas e saberes gerados no processo de formação permitirá não apenas avaliar o impacto das ações desenvolvidas, mas também replicar experiências transformadoras em outros territórios. Como ressalta Santos (2007), a produção de conhecimento desde os territórios populares é parte essencial das epistemologias do Sul, que reivindicam outras formas de saber e de existência como centrais à construção da justiça social e da igualdade racial.

Assim, a Meta 1 do projeto é mais do que um marco técnico: é um passo estratégico para a radicalização da democracia, o reconhecimento das epistemologias negras e tradicionais e a constituição de um SUS verdadeiramente inclusivo e antirracista.

Atividade 1.1 – Desenvolvimento de material pedagógico metodológico para a formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR)

A Atividade 1.1 do projeto constitui um momento estratégico na construção de uma resposta educativa, política e social às desigualdades raciais que historicamente atravessam o acesso e o cuidado em saúde no Brasil. O desenvolvimento do material pedagógico-metodológico para a formação-ação dos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR) inscreve-se em uma tradição de educação emancipadora e de luta por justiça social, assumindo a promoção da equidade como eixo estruturante da ação pedagógica nos territórios.

Foram realizadas reuniões estratégicas com o gabinete da Deputada Daiana Santos nos dias 04 de abril de 2025 e 03 de julho de 2025, respectivamente apresentadas nos (Anexo I 5249273 -e Anexo II -5249300) e no dia 02 de julho de 2025 com representantes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) conforme consta do (Anexo III – Reunião com representantes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) no dia 02 de julho de 2025 - 5249318), com o objetivo de articular parcerias institucionais e construir de forma colaborativa os conteúdos e diretrizes do caderno formativo voltado aos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR). Vale a pena informar que esta articulação com a UFRB é devido ao processo articulador que Ministério da Igualdade Racial (MIR) tem de um Termo de Execução Descentralizada (TED) com objeto de desenvolvimento de material formativo para os Agentes Territoriais da Igualdade Racial.

Esses encontros possibilitaram o compartilhamento de experiências, o alinhamento político-pedagógico e

o fortalecimento do compromisso coletivo com a promoção da equidade racial em saúde, incorporando perspectivas acadêmicas, legislativas e dos movimentos sociais na formulação dos materiais educativos.

Na reunião realizada com o representante do Gabinete, dia 04 de abril de 2025, esta teve como objetivo identificar possibilidades de cooperação e articulação com entidades locais no estado do Rio Grande do Sul, incluindo movimentos sociais, coletivos antirracistas, universidades e organizações do Sistema Único de Saúde (SUS), visando fortalecer a capilaridade do projeto e o diálogo com às realidades e demandas concretas dos territórios periféricos e das populações historicamente vulnerabilizadas.

Já no dia 03 de julho de 2025, foi realizada uma reunião com representantes do Gabinete da Deputada Federal Daiana Santos, na qual se discutiu a estrutura inicial do caderno pedagógico destinado à formação dos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR). Durante o encontro, foram debatidos os eixos temáticos prioritários, a abordagem metodológica baseada na educação popular e a necessidade de territorialização dos conteúdos formativos.

No dia 02 de julho de 2025, foi realizada uma reunião com representantes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), atendendo à solicitação do Ministério da Igualdade Racial (MIR), com o objetivo de discutir a construção de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Fiocruz Brasília e a UFRB. A proposta do ACT visa estabelecer uma parceria institucional voltada para a troca de materiais educativos, o compartilhamento de estruturas e o apoio mútuo em atividades formativas, sem a transferência de recursos financeiros, mas com foco no fortalecimento das ações pedagógicas e políticas relacionadas à promoção da igualdade racial. Considerando que a UFRB mantém um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MIR voltado à atuação dos Agentes Territoriais de Igualdade Racial, a cooperação pretende articular e potencializar esforços entre as instituições, ampliando o alcance das experiências formativas, promovendo sinergias metodológicas e garantindo maior efetividade das ações territoriais no estado do Rio Grande do Sul.

A elaboração do material será orientada por marcos políticos e normativos fundamentais do campo da saúde coletiva e dos direitos raciais, como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Brasil, 2014), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (Brasil, 2009) e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) (Brasil, 2010). Esses instrumentos afirmam que a promoção da saúde não pode ser desvinculada da luta contra as desigualdades estruturais — entre elas, o racismo — que comprometem o direito à vida digna.

Inspirado nos fundamentos da educação popular, especialmente nas ideias de Paulo Freire, o material assume a pedagogia do diálogo como metodologia central. Segundo Freire (1987), educar é um ato político e libertador, capaz de mobilizar sujeitos(as) e comunidades para transformar as condições sociais de opressão. Assim, o material não se propõe apenas a transmitir conhecimentos, mas a provocar consciência crítica sobre a determinação social da saúde e a mobilizar os APPSIR como agentes de transformação em seus contextos territoriais no estado do Rio Grande do Sul.

O conteúdo do material aborda três partes centrais:

- Parte I – Fundamentos e Concepção

- Capítulo 1 – Modelos de desenvolvimento, colonialidade reprodução das desigualdades

- Capítulo 2 – Estado e democracia

- Capítulo 3 – Determinação social da Saúde e racismo estrutural

- Parte II – Políticas Públicas e Participação Social

- Capítulo 4 – Sistema Único de Saúde (SUS): trajetória, estrutura e redes de cuidado

- Capítulo 5 – Promoção da Saúde e Equidade racial no SUS

- Capítulo 6 – Saúde da População Negra no Brasil

- Capítulo 7 – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)

- Capítulo 8 – Educação popular, emancipação e territórios de cuidado

- Parte III – Metodologias de Formação-Ação

Capítulo 8 – Formação-ação de agentes populares: caminhos pedagógicos

Capítulo 9 – Práticas Integrativas e saberes tradicionais

Capítulo 10 – Controle e Participação Social na defesa de direitos

O desenvolvimento de um caderno formativo para os Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR) justifica-se como uma estratégia pedagógica essencial para consolidar processos de formação-ação que articulem conhecimentos técnicos, saberes populares e práticas antirracistas nos territórios. Diante das persistentes desigualdades raciais que atravessam o acesso à saúde e a efetivação dos direitos das populações negras, do campo, da floresta e das águas, quilombolas, ciganas e de povos/comunidades de terreiro, o caderno torna-se uma ferramenta política e educativa de valorização das experiências desses sujeitos(as) e de fortalecimento da sua atuação como protagonistas no SUS e no Sistema de Promoção da Igualdade Racial. Como destaca Ceccim (2005), materiais educativos que partem de metodologias ativas e dialogadas contribuem para a produção de sujeitos(as) críticos(as) e capazes de intervir nas realidades em que estão inseridos(as), rompendo com modelos unilaterais e verticalizados de educação em saúde. Assim, o caderno formativo deve orientar práticas territorializadas, promover o pensamento crítico sobre o racismo estrutural e fortalecer as redes comunitárias de cuidado e de mobilização social (Anexo IV – Termo de Referência dos conteúdos do Caderno Formativo -5249326).

Ademais, a interseccionalidade é abordada como ferramenta crítica essencial para compreender como as experiências de saúde são moldadas pela articulação entre raça, gênero, classe e território (Crenshaw, 2002). Esse enfoque contribui para a superação de leituras reducionistas, permitindo o reconhecimento da complexidade das opressões vividas pelas populações negras, quilombolas, do campo, da floresta e das águas, povos/comunidades de terreiro e ciganos.

A dimensão metodológica do material privilegia estratégias participativas como rodas de conversa, estudos de caso e oficinas práticas, buscando valorizar os saberes comunitários e ampliar o engajamento político-pedagógico dos agentes. Esse enfoque é coerente com a ideia de que o SUS deve ser construído a partir da base, como propõe o conceito de “democracia sanitária” (Lima *et al.*, 2021), onde a formação popular é parte do exercício do direito à saúde e à cidadania.

Por fim, o material não é apenas um suporte técnico, mas um instrumento de articulação política e de fortalecimento institucional. Ele visa capacitar os APPSIR para atuarem como multiplicadores e formadores em suas comunidades, contribuindo para a consolidação de práticas de cuidado antirracistas e culturalmente adequadas, e para a implementação efetiva das políticas públicas nos territórios. Como lembra Santos (2007), “não há justiça social sem justiça cognitiva”; portanto, a construção desse material também afirma os saberes dos territórios como legítimos e fundamentais para a saúde e a democracia.

A Meta 2 do projeto “*Promoção da Saúde e da Igualdade Racial*”, voltada à realização da formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR) no estado do Rio Grande do Sul, representa uma etapa decisiva para a efetivação de práticas emancipatórias e territorializadas de combate às desigualdades raciais em saúde. Fundamentada nos princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), a formação-ação busca capacitar agentes populares como sujeitos(as) ativos(as) na construção de territórios mais justos, saudáveis e antirracistas.

A sistematização das experiências formativas, prevista na Atividade 2.1, é essencial não apenas como registro, mas como ferramenta crítica de análise e disseminação de práticas transformadoras. Conforme Holliday (2002), sistematizar é transformar vivências em conhecimento compartilhável, permitindo que experiências locais se tornem referência para outros contextos. No caso dos APPSIR, esse processo reflete o compromisso com a promoção da equidade e com o enfrentamento do racismo estrutural como determinante social da saúde, exigindo uma análise crítica dos desafios enfrentados, das metodologias

utilizadas e dos impactos gerados.

A PNPS (Brasil, 2014), ao enfatizar a participação social, a valorização da diversidade e a intersectorialidade, orienta o uso de metodologias participativas como rodas de conversa, oficinas e estudos de caso, que foram fundamentais para a troca de saberes entre agentes e comunidades. Já a PNSIPN (Brasil, 2009) reconhece a centralidade do racismo institucional na produção de iniquidades em saúde, exigindo que a formação abordasse temas como a saúde da população negra, práticas de cuidado culturalmente sensíveis e doenças prevalentes, como a anemia falciforme e a hipertensão arterial. O SINAPIR (Brasil, 2010), por sua vez, reforça a importância de ações integradas que promovam a justiça racial, articulando os saberes da educação popular para mobilizar comunidades e fortalecer redes locais de cuidado.

Inspirado na pedagogia freireana, o processo formativo compreenderá a educação como prática de liberdade e consciência crítica (Freire, 1987), potencializando a atuação dos APPSIR como agentes de transformação em seus territórios. A sistematização documenta, portanto, não apenas os conteúdos abordados, mas também as estratégias de mobilização social, os enfrentamentos ao racismo vividos nos territórios e a construção coletiva de soluções para garantir o direito à saúde com equidade.

Os resultados da formação-ação evidenciam a importância dos APPSIR na articulação comunitária, no fortalecimento das redes de cuidado e na promoção da saúde de forma culturalmente sensível. Ao relatar essas práticas, os documentos produzidos tornam-se um legado político-pedagógico, orientando a replicação e o aprimoramento de iniciativas semelhantes em outros contextos. Em síntese, a Meta 2 reafirma o compromisso do projeto com a justiça social e com a construção de um SUS antirracista, plural e acessível a todas as populações historicamente marginalizadas.

Atividade 2.1 – Desenvolver documentos com a sistematização formação-ação para Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), no estado do Rio Grande do Sul

A Atividade 2.1 do projeto “*Promoção da Saúde e da Igualdade Racial*”, dedicada ao desenvolvimento de documentos que sistematizem a formação-ação dos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), representa uma etapa fundamental para consolidar os saberes produzidos no território e fortalecer processos formativos voltados à justiça social e ao enfrentamento do racismo estrutural. Inspirada na metodologia de sistematização de experiências proposta por Oscar Jara Holliday (2018), essa atividade não se restringe à documentação técnica das ações realizadas, mas busca transformá-las em conhecimento crítico, compartilhável e politicamente engajado.

Nessa etapa de desenvolvimento do projeto foi preparada a construção do Termo de Referência (TR) para contratação de uma empresa de comunicação especializada em design gráfico e identidade visual constitui uma etapa estratégica no fortalecimento do projeto. O objetivo central da contratação é desenvolver uma identidade visual institucional, que traduza graficamente os princípios políticos, pedagógicos e culturais do projeto, contribuindo para sua visibilidade, reconhecimento público e coerência comunicacional em todos os suportes e materiais associados à formação dos Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR).

A identidade visual, mais do que um conjunto de *elementos* gráficos, expressa simbolicamente a essência de um projeto, seus valores, missão e relação com o público. Segundo Costa (2004), identidade visual é uma linguagem estratégica que deve refletir o *ethos* institucional e dialogar com os imaginários sociais e culturais do território onde se insere. No caso do presente projeto, essa identidade deve representar a diversidade étnico-racial brasileira, a luta contra o racismo estrutural, o compromisso com o direito à saúde e o protagonismo de agentes populares vinculados a territórios periféricos, quilombolas, campo, floresta e águas, povos/comunidades de terreiro, comunidades ciganas e demais coletivos historicamente vulnerabilizados.

Nesse sentido, o Termo de Referência especificará que a empresa contratada será responsável pela criação da logomarca, tipografia, paleta de cores, ícones e demais elementos gráficos que componham a identidade visual do projeto. Esses elementos deverão articular, de forma simbólica e politicamente sensível, os eixos formativos do projeto, como: promoção da saúde, equidade racial, diversidade cultural,

participação social e fortalecimento do SUS e do SINAPIR.

A identidade visual desenvolvida será aplicada em diversos instrumentos de comunicação e mobilização, entre os quais destacam-se:

- Garrafinhas (squeeze), pins institucionais, coletes/camiseta, adesivos, bloco ou caderno para anotações, que servirão como materiais de uso cotidiano e elementos de identificação simbólica dos APPSIR;
- Fundo de palco e bandeiras institucionais dos APPSIR, voltados para ambientação de eventos, oficinas e ações públicas, garantindo presença visual qualificada;
- Imagens e ilustrações para o caderno formativo e educativo, garantindo uma comunicação acessível, pedagógica e alinhada aos princípios do projeto; e
- Peças digitais para redes sociais e materiais de divulgação, de modo a ampliar a capilaridade da mensagem do projeto nos meios virtuais e comunitários.

O TR também deverá prever a realização de reuniões com a coordenação do projeto e com representantes dos territórios e públicos-alvo, assim como representantes do Gabinete da Deputada Daiana dos Santos e do Ministério da Igualdade Racial (MIR), a fim de garantir que a identidade visual construída seja fruto de um processo participativo e coletivo, sensível às referências culturais dos(as) sujeitos(as) envolvidos e tecnicamente qualificada para múltiplas aplicações.

A elaboração cuidadosa desse Termo de Referência, portanto, não se limita à contratação de serviços gráficos, mas integra o compromisso metodológico e político do projeto com a comunicação como direito, ferramenta de mobilização social e expressão da luta por saúde e igualdade racial. Como afirmam Kunsch & Rabaça (2010), a identidade visual é parte inseparável da identidade institucional e constitui um dos pilares para a construção de pertencimento e engajamento coletivo em ações transformadoras (Anexo V – Termo de Referência de contratação de Empresa de Comunicação para a criação da identidade visual do projeto- 000000005249334).

Em atendimento ao TR para a contratação de uma empresa de comunicação especializada em design gráfico e identidade visual para desenvolver as ações previstas no projeto, foi realizada reunião com a selecionada pelo processo de contratação, no dia 17 de julho de 2025 (Anexo VI – Relatório da reunião com a contratada para desenvolvimento da identidade visual no dia 17 de julho de 2025

- 5249356), sendo que este processo de contratação foi realizado dentro das normas da Fiotec e do serviço público federal, com a seleção de 3 orçamentos sendo escolhido o de menor valor e com proposta técnica qualificada de execução. Nesta reunião foi apresentada a demanda do TR, juntamente com a informações referente a aplicação da marca e os elementos prioritários para integrar o projeto.

A contratação de uma empresa especializada em comunicação para o desenvolvimento da identidade visual do projeto de Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR) justifica-se tanto pela necessidade de qualificação técnica quanto pela observância aos princípios constitucionais da administração pública — especialmente os da legalidade, eficiência, impessoalidade e publicidade (CF/88, art. 37). Uma identidade visual clara, coerente e sensível à temática racial e da promoção da saúde é fundamental para garantir a visibilidade, legitimidade e reconhecimento público do projeto, fortalecendo a sua capilaridade junto aos territórios e aos(as) sujeitos(as) sociais envolvidos(as). Além disso, ao seguir as diretrizes de planejamento estratégico e comunicação institucional da Fiotec, a contratação promove a transparência na gestão dos recursos públicos e contribui para a efetividade das ações, respeitando o interesse público e a missão institucional da fundação, que se pauta no fortalecimento das políticas de equidade, justiça social e saúde coletiva.

Outra atividade importante foi o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso Livre na plataforma *Latíssimo*, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília, constitui uma proposta formativa de caráter inovador e comprometida com os princípios da saúde coletiva, da equidade e da justiça social. Com base em uma abordagem crítica e emancipadora da educação, o curso livre tem como objetivo central formar sujeitos(as) comprometidos(as) com a transformação das realidades sociais, políticas e sanitárias em seus territórios, a partir do fortalecimento do pensamento crítico, da educação popular e

da valorização dos saberes tradicionais e populares (Anexo VII – Documento com a proposta do Projeto Pedagógico do Latíssimo da Fundação Osvaldo Cruz Brasília 000000000000- 5249372

A intencionalidade pedagógica do Latíssimo está ancorada na concepção de formação-ação, que compreende o processo educativo como experiência viva e transformadora. O curso livre adota como fundamento teórico-metodológico os princípios da educação popular freireana (Freire, 1987), valorizando o diálogo de saberes, a reflexão crítica e a prática territorializada. Assim, a proposta pedagógica visa não apenas à aquisição de conteúdos técnicos, mas à construção coletiva de conhecimentos e práticas que contribuam para a promoção da saúde, o enfrentamento das desigualdades e a defesa da vida em suas múltiplas dimensões.

A estrutura do curso livre contempla uma organização modular e processual, articulando momentos presenciais (tempo escola) e atividades de campo (tempo comunidade), com base em metodologias ativas e participativas. O curso livre estará dividido em eixos temáticos que dialogam com os principais desafios contemporâneos da saúde pública, das políticas sociais e da promoção da equidade.

Cada eixo é desenvolvido por meio de ementas que abordam conteúdos teóricos e práticos, subsidiando o trabalho pedagógico com atividades como rodas de conversa, oficinas temáticas, sistematização de experiências, estudos dirigidos e construção coletiva de projetos de intervenção territorial. A avaliação do curso se dá de forma processual e formativa, considerando a participação ativa, os registros reflexivos e as contribuições às práticas nos territórios de origem dos(as) participantes.

A organização do curso prevê carga horária total distribuída entre atividades presenciais, atividades orientadas nos territórios e momentos de intercâmbio entre os(as) participantes. A coordenação pedagógica do curso está a cargo da equipe técnica da Fiocruz Brasília, em parceria com instituições e movimentos sociais locais, garantindo a organicidade entre o conteúdo formativo e as realidades vividas nos territórios.

O público-alvo do curso Latíssimo será composto pelos(as) Agentes Populares de Promoção da Saúde e da Igualdade Racial (APPSIR), tais como: lideranças comunitárias, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, estudantes e profissionais comprometidos com a promoção da saúde, igualdade racial e dos direitos humanos. A diversidade dos(as) sujeitos(as) formandos(as) é considerada uma riqueza formativa, que amplia os horizontes pedagógicos e fortalece a construção coletiva do conhecimento.

O local de realização do curso será em Porto Alegre/RS, mas atenderá educandos e educandas de diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, com previsão de atividades descentralizadas nos territórios parceiros, de modo a fortalecer a articulação entre a formação institucional e a realidade concreta das populações atendidas. A proposta também prevê a produção e disponibilização de materiais pedagógicos de apoio, como caderno formativo, vídeos, podcasts e plataformas digitais, que ampliem o acesso aos conteúdos e permitam a continuidade dos processos formativos após o encerramento do curso.

Em síntese, o curso Livre na Plataforma *Latíssimo* é mais do que uma experiência formativa: é um espaço político-pedagógico de resistência e construção de novos paradigmas em saúde, baseado na participação social, no diálogo intercultural e no compromisso ético com a vida. Ele se insere no esforço da Fiocruz Brasília em contribuir para a consolidação de um SUS universal, integral, equitativo e antirracista, construído com e a partir dos territórios e de seus sujeitos históricos.

A sistematização, nesse sentido, consolida-se como prática emancipadora, fundamental para a construção de políticas públicas que reconheçam os saberes dos sujeitos populares e promovam o protagonismo negro, quilombola, do campo, da floresta e das águas, cigano e de povos de terreiro no campo da saúde. Como destaca Ceccim (2005), a educação em saúde deve articular conhecimento e ação, subjetividade e estrutura, promovendo sujeitos críticos e coletivos politicamente engajados. Assim, a Atividade 2.1 reafirma o compromisso do projeto com a produção de saberes desde os territórios e com a consolidação de um SUS antirracista, popular e democrático.

A elaboração do 2º Relatório Técnico Parcial do Projeto GEREb 001 - FIO - 25 intitulado “*Promoção da Saúde e da Igualdade Racial*” faz uma sistematização das atividades desenvolvidas no período de

execução deste relatório.

5. Considerações Gerais

Declaro para os devidos fins que todas as ações executadas foram para o desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos em observância aos princípios públicos que norteiam a correta utilização do recurso.

Assinatura eletrônica do Coordenador(a) do Projeto



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ DUTRA FENNER, Pesquisador em Saúde Pública**, em 07/08/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5281400** e o código CRC **00615650**.

Referência: Processo nº 25027.000533/2024-08

SEI nº 5281400

Gestor: COGEPLAN

Versão: 01 - janeiro/2025